



Índice

- 01 [Imagens de satélite vão denunciar erros em demarcações indígenas](#)
- 02 [Leilão da Resistência.](#)
- 03 [MS espera solução do governo sobre indígenas](#)
- 04 [Almir Suruí recebeu o Prêmio de Direitos Humanos no Brasil](#)
- 05 [AGU derruba liminar e confirma UHE São Manoel no leilão A-5](#)
- 06 [Bancada indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministério da Justiça](#)
- 07 [Proposta transfere para o Congresso a prerrogativa de definir a demarcação dos territórios indígenas](#)
- 08 [Formação superior indígena ganha destaque em Alagoas](#)
- 09 [Governo investe em vigilância nas aldeias e proteção de terras indígenas](#)
- 10 [Nilceia conquista novos móveis para Escola Indígena em Coronel Sapucaia](#)
- 11 [Audiência pública em Almenara discute conflitos fundiários na Fazenda Marobá](#)
- 12 [Comunidades quilombolas recebem sala de inclusão digital da Emap](#)
- 13 [Justiça determina retirada à força, e Yvy Katu inicia ritual de aceitação da morte forçada e despedida da vida](#)
- 14 [Índios desafiam a Funai por novo modo de produção](#)



- 15 Indígenas mundukuru protestam contra hidrelétricas no rio Tapajós
- 16 Índios trabalhariam em más condições em propriedades de Nova Pádua
- 17 Deputados querem anulação de questão do vestibular da USP sobre morte de indígenas
- 18 Formação de educadores indígenas inscreve até 20 de dezembro para 35 vagas na área de matemática
- 19 Cobrança irregular de pedágio por indígenas causa revolta em usuários de rodovia de MT
- 20 Indígenas peruanos continuam ameaçados por projetos extrativistas
- 21 Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS Sobre a Repressão aos Estudantes da Unisinos – São Leopoldo-RS
- 22 “Tambores de guerra na terra vermelha”
- 23 Novo edital BNDES/Conab destina 15 milhões para agricultura familiar
- 24 Mais um indígena é atropelado na anel viário de Dourados
- 25 Inmetro faz uma série de pesquisas importantes para o meio ambiente
- 26 Estado altera fundo que permitirá compra de fazendas para índios
- 27 Governador está confiante que conflito indígena em MS será resolvido com diálogo
- 28 As Hiper Mulheres: filme retrata ritual indígena feminino
- 29 País precisa fazer mais por igualdade racial, diz ONU
- 30 Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS Sobre a



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

Repressão aos Estudantes da Unisinos – São Leopoldo-RS

31 Espírito Santo é condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização a quilombolas

32 Bancada indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministério da Justiça



Imagens de satélite vão denunciar erros em demarcações indígenas

SÍTIO AGROLINK, 12.12.2013

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) revelou que está trabalhando na produção de provas e comprando imagens de satélite para apontar erros em demarcações de terras indígenas. As evidências comprovariam que em 1988 – ano em que foram definidas as terras que eram ocupadas pelos nativos – essas áreas já eram utilizadas para agropecuária.

“É revoltante o que fizeram em estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Vamos mostrar que aquelas áreas já estavam abertas, com pastagem, campo nativo, culturas perenes”, discursou a presidente da entidade, senadora Kátia Abreu, que participou da audiência pública sobre o tema essa semana.

Kátia afirma que a CNA pretende verificar se, em 1988, havia de fato índios produzindo naqueles lugares. “Vamos pegar imagens de satélite e, a partir delas, dizer o que foi feito errado e promover ações rescisórias. Suiá-Missú é o primeiro caso em que vamos entrar com ação rescisória”, adiantou.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária FPA, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), são “quase 500 processos no Brasil, e isso gera aflição de pequenos, médios e grandes produtores. São cidades que estão sendo destruídas. Queremos ajudar a questão indígena, mas não desse jeito como seus líderes estão querendo”, explicou.

Leilão da Resistência.
SÍTIO ADITAL, 12.12.2013

"O leilão teve duas finalidades: a primeira foi arrecadar dinheiro, e a segunda foi chamar a atenção para o conflito entre fazendeiros e indígenas e mostrar força no sentido de demonstrar o número de pessoas que estão reunidas participando desse leilão", aponta a advogada.



Foto: <http://bit.ly/1jOtPxh>

O Leilão da Resistência realizado por fazendeiros sul-mato-grossenses, com o objetivo inicial de arrecadar dinheiro para contratar segurança privada e impedir a ocupação das fazendas pelos Guarani, acabou sendo interpretado como uma "vitória" das comunidades indígenas, avalia Michael Mary Nolan, advogada que acompanha as reivindicações dos índios no Brasil.

Segundo ela, as comunidades indígenas não conseguiram impedir a realização do leilão, mas garantiram que ele fosse realizado a partir do cumprimento de algumas condicionantes. "Para os indígenas, isso é uma vitória, porque eles mostraram uma força maior ao tomar uma posição ativa, em vez de somente reagir aos ataques", assinala, em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone.

Michael Nolan esclarece que, segundo determinação da Justiça, os 640,5 mil reais arrecadados no leilão devem ser depositados em juízo e o valor só poderá ser utilizado com a aprovação dos índios e do Ministério Público Federal. Entretanto, questiona: "A primeira pergunta a ser feita é: os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial ou não?".

Michael Mary Nolan, irmã da Congregação da Santa Cruz, é advogada e atua na área dos direitos humanos. É membro de comissões de direitos humanos nas áreas estadual e nacional e é conselheira em direitos humanos junto ao Congresso Nacional.

CONT.

Confira a entrevista.



Foto: <http://bit.ly/IPMOZG>

IHU On-Line - Como a senhora descreve o Leilão da Resistência, organizado pelos ruralistas em Mato Grosso do Sul no último final de semana? Qual foi o objetivo do leilão e como ele aconteceu?

Michael Mary Nolan – O leilão foi organizado pelos fazendeiros do Mato Grosso do Sul com o intuito de ganhar dinheiro para contratar empresas de segurança. Algumas pessoas até falaram que o dinheiro arrecadado no leilão serviria para comprar armas. Os fazendeiros realizaram o leilão com a alegação de que o governo não está fazendo nada para resolver o conflito com os indígenas.

Na minha avaliação, o leilão teve duas finalidades: a primeira foi arrecadar dinheiro, e a segunda foi chamar a atenção para o conflito entre fazendeiros e indígenas e mostrar força no sentido de demonstrar o número de pessoas que estão reunidas participando desse leilão.

A contratação de seguranças privados tem sido um hábito dos fazendeiros de Mato Grosso do Sul. Dizem que eles são contratados para fazer a segurança das fazendas, mas acabam matando muitos índios.

IHU On-Line - Como a população sul-mato-grossense reagiu ao leilão?

Michael Mary Nolan – As matérias dos jornais informam que mais de mil pessoas estiveram presentes no dia do leilão, mas acho que o número é um exagero. De todo modo, participaram do evento diversos políticos, como [a senadora] Katia Abreu e [o deputado federal] Ronaldo Caiado, da bancada ruralista.

IHU On-Line - Qual a repercussão entre os indígenas?

Michael Mary Nolan – Assim que souberam do leilão, os indígenas entraram com um processo em nome do Conselho do Povo Terena e dos Guarani-Kaiowá, solicitando a suspensão do leilão, porque, segundo informações dos jornais, os fazendeiros estavam pensando em formar uma milícia contra os indígenas, e isso é ilegal. A juíza concedeu uma liminar e suspendeu o leilão, mas os fazendeiros fizeram uma manobra e conseguiram realizá-lo a partir da concessão de outro juiz.

Assim, o leilão foi realizado com algumas condicionantes: os fazendeiros que receberam a oferta mais alta deveriam ter seu nome e o valor da oferta anotados e entregues ao juiz, o dinheiro deveria ser depositado em uma conta bancária em juízo, e esse dinheiro só poderia ser utilizado com a aprovação dos índios e do Ministério Público Federal. Como leiloeiro responsável, o presidente da entidade que estava patrocinando o leilão assinou o compromisso de entregar essas informações ao juiz e depositar o dinheiro em juízo.

Para os indígenas, isso é uma vitória, porque eles mostraram uma força maior ao tomar uma

CONT.



posição ativa, em vez de somente reagir aos ataques. E, nesse momento, o dinheiro não está disponível para a finalidade com que foi realizado o leilão.

IHU On-Line - O leilão arrecadou 640,5 mil reais com a venda de lotes de gado e cereais. O que será feito com esse dinheiro?

Michael Mary Nolan – A primeira pergunta a ser feita é a seguinte: os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial ou não? Nós temos de ficar de olho. Depois do leilão foi publicada uma notícia informando que o dinheiro seria utilizado para pagar as viagens dos fazendeiros a Brasília para fazerem manifestações na Câmara dos Deputados. Agora, se isso é verdade, não temos como saber. Pedimos para os advogados que estão no Mato Grosso do Sul acompanharem o processo no Fórum, para ver se realmente depositaram o dinheiro e como ele será utilizado.

Os indígenas estão decididos a continuarem lutando por suas terras. É óbvio que os fazendeiros podem responder. Mas o fato é que o governo está omissa e não tem razão para não resolver o conflito.

IHU On-Line – Como o Estado deveria se posicionar nesse caso, uma vez que os indígenas alegam que, tradicionalmente, são donos das terras, e os fazendeiros, por sua vez, dizem que as compraram?

Michael Mary Nolan – No Mato Grosso do Sul, muitos desses fazendeiros têm títulos que foram concedidos pelo Estado brasileiro. Entendo que essas pessoas têm direito a uma indenização. Já existe uma verba no orçamento da União para pagar as indenizações aos fazendeiros. Ou seja, já foi criado um fundo no Estado para fazer isso. Temos de entender que existe terra para todo mundo no Brasil. Com certeza muitos fazendeiros, recebendo indenizações, sairiam do conflito.

Por outro lado, muitas pessoas acham que os indígenas já têm terra suficiente. Acontece que a relação do índio com a terra não é econômica, e sim espiritual. As terras que eles estão reivindicando são as terras em que seus ancestrais estão enterrados; onde eles podem fazer seus sítios e onde o mundo deles está unido. Quando estão fora da terra de seus ancestrais, sentem que seu mundo está quebrado. Essa é uma das razões pelas quais há tanto suicídio entre os indígenas, porque, sem a terra, eles não estão com uma vida plena.

IHU On-Line – Qual é a situação desse Fundo criado pela União para indenizar os fazendeiros?

Michael Mary Nolan –Participei de um debate na Câmara, e na ocasião um advogado disse que o dinheiro já está disponível, não sendo preciso nenhuma modificação na legislação; ou seja, há uma legislação que permite o pagamento das indenizações. Basta que o governo tenha vontade de fazer.

IHU On-Line - Qual foi a postura da Funai diante deste leilão?

Michael Mary Nolan – Não vi nenhuma declaração da Funai em relação ao Leilão da Resistência. De todo modo, a presidente da Funai tem se posicionado ao lado dos indígenas,
CONT.



tem questionado a sugestão da portaria do Ministério da Justiça de acabar de vez com a possibilidade de reconhecimento das terras indígenas.

IHU On-Line - Como a senhora avalia a proposta de alterar o modelo de demarcação das terras indígenas?

Michael Mary Nolan – A Constituição brasileira reconhece que o Brasil é um país pluricultural. É uma Constituição que, por causa das lutas dos índios, deixou para trás a ideia de que o indígena, uma vez inculturado, deixa de ser indígena. Tem uma base legal que permite reconhecer as diferenças étnicas que existem neste país e é isso que não está sendo respeitado, em vista da opção por um sistema econômico desenvolvimentista.

Os índios não são contra o progresso, mas querem um progresso que permita e respeite sua cultura também. Para resolver esses conflitos é preciso sentar e conversar, é preciso vontade de um diálogo profundo, de reconhecer que este é um país pluricultural. Não são somente os indígenas que estão com problema; todas as populações tradicionais vivem o mesmo dilema.



MS espera solução do governo sobre indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 12.12.2013

O Estado está confiante na solução para os conflitos a partir da compra de terras

O Estado de Mato Grosso do Sul, apesar das tensões que envolvem a questão fundiária indígena, está confiante no encaminhamento de uma solução para os conflitos a partir da compra de terras, pela União, para ampliação das reservas.

O clima de confiança, a disposição das partes envolvidas em acatar os novos prazos e a participação do Governo do Estado, criando o Fundo Especial para promover a compra das terras, contribui de forma decisiva para a solução em curto prazo dos primeiros casos de conflito, como o das terras na região conhecida como Buritis.

Segundo o secretário Wantuir Jacini, da Segurança Pública, "o bom senso tem vencido as tensões e até agora estamos conseguindo evitar qualquer tipo de conflito, desde que o Governo federal, apontando soluções, pediu apenas mais prazo para vencer barreiras burocráticas".

Para Jacini, a agilidade com que o Governo do Estado tem atuado, não só na criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas, proposto e aprovado pela Assembleia Legislativa, mas também promovendo rapidamente as mudanças na Lei, sugeridas pelo governo federal, cria-se os meios para que a questão fundiária chegue ao seu final.

A solução dos impasses no campo a partir da compra de terras está sendo utilizada pela primeira vez no País em Mato Grosso do Sul e resulta de uma série de negociações e entendimento envolvendo não apenas as lideranças de indígenas e produtores como também técnicos estaduais e do governo federal, bem como representantes do Ministério Público e da Igreja Católica.

Recentemente um documento intitulado Paz no Campo reuniu as lideranças mais expressivas para apoiar o caminho de consenso entre os setores envolvidos. "Até aqui, apesar dos problemas e das tensões que nos obrigam a estarmos atentos, temos verificado que prevalece o bom senso. E, como estamos muito perto da solução, estamos também muito perto de mostrarmos ao Brasil um caminho novo, produtivo e civilizado para essa questão", comentou o Secretário de Segurança.



Almir Suruí recebeu o Prêmio de Direitos Humanos no Brasil

SÍTIO KANINDE, 12.12.2013

Categoria Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas



Compreendendo a atuação pela valorização de suas culturas e valores, bem como pela sua preservação.

ALMIR NARAYAMOGA SURUÍ



Almir Narayamoga Suruí é mundialmente conhecido e premiado por defender a conservação da Amazônia e os direitos dos povos indígenas.

Tem o projeto de promover o uso sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro e participou da construção da proposta de decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, cessando toda e qualquer atividade ilegal ou que venham a trazer impacto ambiental. Almir defende a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A presidenta da República, Dilma Rousseff, e a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), entregam nesta quinta-feira (12), em Brasília (DF), a 19ª edição do Prêmio Direitos Humanos. A solenidade acontecerá durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), às 15h.

O Prêmio consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque

na área dos Direitos Humanos. Para a seleção e a eleição dos agraciados são considerados critérios como o histórico de atuação na área dos direitos humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.



AGU derruba liminar e confirma UHE São Manoel no leilão A-5

SÍTIO CANAL ENERGIA, 12.12.2013

TRF-1 revogou decisão da primeira instância de Mato Grosso dentro de processo movido pelo MPF

A Advocacia Geral da União derrubou, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nesta quinta-feira, 12 de dezembro, a liminar que suspendia o leilão da hidrelétrica de São Manoel (MT-700 MW), previsto para ocorrer na próxima sexta-feira, 13. O processo foi movido pelo Ministério Público Federal, que pedia a suspensão do licenciamento ambiental da usina. A justiça federal do Mato Grosso havia estipulado multa de R\$ 500 mil em caso de descumprimento.

Segundo o MP, a construção da hidrelétrica causará significativo impacto para os povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká e o Estudo do Componente Indígena (ECI) feito para a usina - necessário para a obtenção da licença - estaria incompleto, sem ter o reconhecimento da Fundação Nacional do Índio. O texto da ação judicial ressalta que pressão governamental teria levado o Ibama e a Funai à mudança de posição sem fundamento razoável. A licença prévia da usina foi concedida pelo Ibama no último dia 29 de novembro.

A usina é um dos empreendimentos habilitados para participar do leilão A-5, que começa às 14 horas, e será operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.



Bancada indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministério da Justiça
SÍTIO CIMI, 12.12.2013

Ao Plenário da Comissão Nacional de Política Indigenista

Nós, lideranças da bancada indígena da mesa de diálogo instalada no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista, reunidos por ocasião da XXII reunião ordinária desta Comissão, que aconteceu no período de 09 a 12 de dezembro do corrente, considerando a apresentação por parte do Ministério da Justiça da Minuta de Portaria S/N, que busca estabelecer instruções para a execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto 1775/96, viemos diante desta plenária manifestar:

Primeiro – Os nossos povos e comunidades, após serem informados sobre a possibilidade de esse novo instrumento ser publicado, sentem-se profundamente preocupados, pois entendem que a minuta de portaria aumenta as ameaças aos direitos territoriais já atacados por meio de outras portarias como a 303 e iniciativas legislativas como a PEC 215 e o PLP 227.

Ao invés de zelar pelos direitos indígenas, o Governo tem dado sinais claros de que tomou posição em favor dos ruralistas, do agronegócio e do latifúndio. Continua omissa diante da violência contra nossos povos, como se pode ver pelo fato de que nem sequer se manifestou ou atuou judicialmente para impedir a realização do “leilão das milícias”, através dos quais os ruralistas se armam para tirar a vida de nossas lideranças. Ao contrário, tem insistido em criminalizar a resistência indígena, retomando a conduta do regime militar.

Segundo - Em razão disso, nossa bancada manifesta-se no sentido de esclarecer que CNPI não é um simples fórum de consulta para medidas que interessam ao Governo, mas um espaço de diálogo, de articulação de políticas públicas, que em relação a essa minuta de portaria que tem efeito sobre a totalidade das terras indígenas do país, deve atuar como instância de mediação de uma ampla consulta às comunidades indígenas em suas bases.

Essa consulta deve ser feita tendo como referência processos como o da formulação de nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, durante a qual através da CNPI foram realizadas uma série de oficinas regionais para construção com as bases, ou então como nas Conferências Nacional de Saúde Indígena e de Educação que também mobilizaram as comunidades locais. Nesse sentido, nossa proposta é que essa discussão com os nossos povos e comunidades sobre o tema aconteça por meio de 10 oficinas regionais, coordenadas pela FUNAI, pelas organizações indígenas e pela bancada indígena da CNPI, esperando ainda que ao final do processo, o governo respeite a decisão das comunidades, nos termos da Convenção 169 da OIT.

Terceiro – Reafirmamos, finalmente, que a apresentação da minuta realizada pelo Ministério da Justiça, não constitui de forma alguma consulta a nossa bancada, que aceita apenas discutir
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

proposta metodológica para a discussão a ser realizada com os nossos povos e comunidades.

Brasília, 10 de dezembro de 2013



Maria do Rosário pede apoio a grupos indígenas contra PEC 215

SÍTIO ÚLTIMA INSTÂNCIA, 12.12.2013

Proposta transfere para o Congresso a prerrogativa de definir a demarcação dos territórios indígenas

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pediu apoio aos povos indígenas na luta para que os parlamentares votem contra a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215/00, que transfere para o Congresso a prerrogativa de demarcar as terras indígenas.

"Se o governo puder contar com vocês, nós damos a nossa palavra que trabalharemos com muita disposição para buscar e impedir as mudanças constitucionais e garantir que prevaleça o que já está na lei", disse a ministra Maria do Rosário. A reunião ocorreu no Fórum Mundial de Direitos Humanos e contou com a presença do ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato e representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio).

A menos de um ano para as eleições de 2014, a ministra disse que o governo precisa de apoio porque está sofrendo diversas pressões: "Nós queremos que vocês nos apoiem, estou pedindo isso a vocês mesmo que seja difícil. Nós apoiamos porque o governo está sofrendo pressões, nós apoiamos porque nós estamos pressionados, já que somos contra a PEC. Tentam nos separar dentro do governo, tentam nos dividir, tentam nos pressionar para mudarmos opiniões", disse a ministra.

De autoria do ex-deputado Almir Sá, a PEC tem por objetivo levar a votação pelo Congresso a demarcação de terras indígenas e quilombolas. A proposta também facilita a revisão das terras já demarcadas. Outras mudanças seriam nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentadas por lei, e não por decreto como tem sido feita até os dias de hoje.

Desde a abertura do Fórum Mundial de Direitos Humanos, Maria do Rosário tem ouvido indígenas de várias etnias. Durante o encontro de hoje, os índios entregaram cartas pedindo a reintegração de posse da área de 7 mil hectares em Japorã-MS, onde 5 mil indígenas correm risco de serem retirados por policiais. Em 2003, a área que pertencia aos índios foi ocupada por proprietários. Após três anos foi efetuado um acordo com o Ministério da Justiça que não foi cumprido. "O que nós solicitamos é que esse acordo prevaleça", disse o representante dos Guaranis, Valdemiro Cruz.

Em 2013 os índios cansaram de esperar pelo governo e no dia 1º de outubro o povo Guarani decidiu ocupar suas áreas novamente. Em nome da comunidade Guarani-Kaiowá, Valdemiro Cruz entregou carta a ministra na qual solicita "a reintegração de posse e o fim do clima tenso que ficou em nossa aldeia". No documento os guaranis pedem o ressarcimento aos proprietários que adquiriram os títulos.



Formação superior indígena ganha destaque em Alagoas

SÍTIO AGÊNCIA ALAGOAS, 12.12.2013

“Estamos numa luta em sua fase inicial. A graduação superior é apenas uma das etapas. Hoje temos índios que cursam licenciaturas normais, fora do custeio do programa em diversas instituições de ensino. Estamos criando mecanismos para a efetivação da educação indígena, em suas várias etapas, no Estado de Alagoas. Para tanto, temos que trabalhar junto aos governantes”.

A declaração é do estudante Cícero Pereira dos Santos. Ela é da primeira turma do curso de licenciatura em História, voltado para professores indígenas implantado em Alagoas por meio do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), uma iniciativa do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em âmbito nacional. No Estado, o programa é desenvolvido pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)

Na comunidade Jiripankó, onde mora e trabalha o estudante Cícero Pereira, existe a única escola com Ensino Médio, voltada aos índios, com cerca de 540 alunos. Segundo ele, até o 5º ano, “o conselho da comunidade faz questão que todos os professores sejam indígenas. O objetivo é fortalecer a identidade e a luta dos índios”, disse.

Hoje, os professores que lecionam em escolas indígenas são contratados pelo Estado como monitores de educação. O estudante de História não pretende parar após a conclusão da sua licenciatura. “Além de garantir meu sustento, quero contribuir para o meu povo de uma forma politizada. Quero continuar enxergando a minha realidade de uma forma diferente e oportunizar para que outros [índios] também a tenham”, falou.

Para o estudante, o Governo do Estado, por meio da Uneal, assumiu um compromisso de mudança, responsabilidade e respeito ao implantar a educação superior indígena. “Essa licenciatura é uma construção política para abrir portas para nossas gerações futuras. O Estado brasileiro nos deve isso. Entendemos a iniciativa como deixar para trás um passado de sofrimentos e lamentações para começar a despertar o senso de uma nova realidade” concluiu.

Na Uneal, o programa foi implantado em 2010, quando 80 professores de escolas indígenas sem formação superior foram aprovados num processo seletivo. Foram abertas inscrições para as licenciaturas de Letras, História, Pedagogia e Ciências Biológicas.

As aulas acontecem sempre às sextas-feiras e aos sábados, no Campus III, em Palmeira dos Índios, cidade que possui a maior população de índios em Alagoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também da Fundação Nacional de Assistência ao Índio (Funai). Para a implantação das licenciaturas na universidade, foi necessária a criação do Prolind.

AMPLIAÇÃO

CONT.



A educação superior indígena beneficia hoje professores dez comunidades indígenas em Alagoas. A Wasu Cocal, de Joaquim Gomes; Jiripancó, de Pariconha; Koiupanká, de Inhapi; KaririXocó, de Porto Real do Colégio; KarapotóPlak-Ô, de São Sebastião; Tingui Botó, de Feira Grande e Xucuru Kariri, Mata da Cafurna, Serra do Amaro e Boqueirão, todas em Palmeira dos Índios.

Segundo o coordenador do curso de História no Campus III, em Palmeira dos Índios, professor José Adelson Lopes Peixoto, as poucas comunidades indígenas que não possuem escolas públicas serão beneficiadas, como as localizadas nas cidades de Coité do Nóia, com as etnias localizadas na Cafurna de Baixo e no Riacho Fundo; Aconã, em Traipu; Katokinin e Karanzú, em Pariconha; Kalankó, em Água Branca; Karabotó Tabuado, em São Sebastião. "Assim, todas as comunidades indígenas de Alagoas serão assistidas pelo programa", explicou.

A seleção será mais abrangente na próxima etapa e envolverá a análise de currículos e entrevistas. Para o projeto em vigor, os interessados tinham que cumprir três pré-requisitos: ser professor de escola indígena, ser índio e residir na aldeia, o que incluía, por exemplo, a emissão de uma Carta de Anuência assinada pelo cacique, pajé e outros integrantes da respectiva comunidade de origem do professor indígena.

A coordenadora do curso de Letras no Campus III e também do projeto, Maria Margarete de Paiva, explica que, na nova etapa no Prolind, os recursos enviados para custeio serão ampliados pelo MEC. Ela disse ainda que o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa mensalmente R\$ 380 por cada aluno, valor usado para pagamento de professores e custeio do deslocamento dos estudantes para o Campus da Uneal em Palmeira dos Índios.

De acordo com o professor José Adelson Lopes Peixoto, das vagas solicitadas pela Uneal, 117 no total, 80 foram aprovadas pelo MEC. "Para o próximo edital, trabalhamos para ampliar as vagas para 120 e também os recursos anuais para a faixa de R\$ 720 mil", frisou o professor.

OUTROS PROJETOS

Hoje existem, no âmbito da Uneal, dois editais com a finalidade de beneficiar o ensino superior voltado aos índios. Um deles é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade, chamado de Pibid Diversidade, com objetivo de aperfeiçoar a formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo.

O reitor da Uneal, professor Jairo Campos, explicou que o Pibid Diversidade concede bolsas a alunos matriculados nessas instituições, com a finalidade de desenvolverem atividades didático-pedagógicas também em escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas.

Na opinião do gestor, o Pibid Diversidade vai agregar valor ao projeto como um todo. Isso porque, o Edital nº 66/2013 concederá até três mil bolsas a alunos de cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo e a professores envolvidos na sua orientação e supervisão, bem como recursos de custeio para apoiar suas respectivas atividades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

O outro projeto envolvendo a formação indígena se dará por meio do edital lançado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, com a finalidade de garantir a oferta de educação escolar indígena de qualidade.

“A Uneal já está se preparando para responder ao edital. É um prazer para nós sabermos que a universidade saiu na frente quando estabeleceu esse público como um dos focos e capitanear uma formação pioneira que gera emprego e renda em nosso Estado”, concluiu o gestor.



Governo investe em vigilância nas aldeias e proteção de terras indígenas

SÍTIO PÁGINA 20, 12.12.2013

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e a Assessoria Especial dos Povos Indígenas divulgam o resultado da "Oficina de Vigilância e Fiscalização das Terras Indígenas (TI) do Alto Rio Envira", integrante de um dos eixos da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, lançado no governo Binho Marques, em 2008.

A atividade ocorreu na Aldeia Cocoaçu, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, em Feijó, no período de 26 a 30 de novembro, para cerca de 50 lideranças e Agentes Agroflorestais Indígenas (Aafis).

Em março, o governador Tião Viana participou da entrega de materiais de apoio à vigilância em terras indígenas, por meio do projeto de proteção florestal e o de fortalecimento da produção sustentável – com recursos do Fundo Amazônia e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, na cidade de Tarauacá.

Houve distribuição de equipamentos, como barcos motorizados, aparelhos de GPS, placas de sinalização e combustível, para apoio à vigilância nas aldeias e indicação de limites. Os benefícios dialogam, ainda, com o plano de gestão territorial e ambiental, a fim de fortalecer o etnozonoamento, a elaboração e a implantação das políticas públicas voltadas aos povos da floresta.

"Hoje, constatamos que os equipamentos estão sendo bem utilizados, para a vigilância e monitoramento dos seus territórios e até mesmo em casos de socorro de pessoas com problemas de saúde", afirma Roberto Tavares, da Sema.

Fora o papel do Estado, o antropólogo Marcelo Piedrafita, da Assessoria Indígena, destaca, também, a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em relação à proteção dos isolados. "Por meio de um sistema de rádio, os índios mantêm a Funai informada sobre a movimentação dos isolados, bem como a de traficantes que podem trazer risco para a região", explica.

Para garantir a segurança social dos povos indígenas, o governo disponibiliza todo o aparato do Estado, como as secretarias de Meio Ambiente (Sema), Segurança Pública (Sesp), Produção Familiar (Seaprof), Turismo (Setul), Comunicação (Secom), Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), Fundação Elias Mansour (FEM) e Assessoria Especial dos Povos Indígenas.

As comunidades contam com os Agentes Agroflorestais Indígenas (Aafis) – em parceria com a Funai –, que procuram dialogar com as aldeias vizinhas. Nessas ações de vigilância, têm sido priorizadas expedições coletivas, para monitorar possíveis invasões ou para surpreender caçadores, madeireiros e pescadores em suas atividades ilegais nos limites das terras.

CONT.



"Vivendo na floresta, da floresta, com a floresta"

Em 12 de setembro de 2008, o então governador Binho Marques sancionou cinco leis e encaminhou três projetos ao Poder Legislativo, que implantam a Política de Valorização do Ativo Ambiental, com o lema "Vivendo na floresta, da floresta, com a floresta" – ações que garantem a preservação e a sustentabilidade das áreas verdes.

As medidas são praticadas por meio de vários planos e programas, entre os quais se destacam o Plano de Recuperação de Áreas Alteradas, o Plano de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, o Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável e o Programa de Florestas Plantadas.

Investimentos

Somente nos últimos anos, o governo já aplicou mais de R\$ 47 milhões para garantir a seguridade social desses povos. No Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, o Estado anunciou investimentos de mais R\$ 7,8 milhões no Programa Nacional de Habitação Rural ("Ë Shovo Minha Vida", em língua indígena) e na aquisição de equipamentos agrícolas para as famílias.

Com o projeto de produção sustentável, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os indígenas têm escoamento certo: a Secretaria de Produção Familiar (Seaprof), que trata da distribuição.

Já em relação à segurança, o governo apoia a Funai na proteção dos índios, incluindo os isolados, e da fronteira, articulando a participação do Exército Brasileiro, da Polícia Federal (PF), do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e da Secretaria de Segurança Pública (Sesp).

André Lima



Nilceia conquista novos móveis para Escola Indígena em Coronel Sapucaia

SÍTIO A GAZETA NEWS, 12.12.2013

A Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, celebrou convênio com o Governo Federal, através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), para compra de móveis escolares para a Escola Municipal Indígena Ñande Reko Arandú.

O objetivo é equipar as salas de aulas com carteiras e cadeiras para os alunos e mesas para os professores, além de mesas adaptadas para alunos que utilizam cadeira de rodas.

O valor do convênio é de R\$ 30.300,00 e contará com 230 conjuntos mobiliários, sendo: 7 conjuntos para professores; 50 conjuntos para alunos com altura entre 1,33m e 1,59m; 170 conjuntos para alunos com altura entre 1,19m e 1,42m e 03 mesas adaptadas para alunos que utilizam cadeira de rodas.

A chefe do executivo Nilcéia Alves de Souza parabenizou a equipe de educação em nome da secretária Roseni Martins Freitas pelo trabalho a frente da Educação Municipal e anunciou ainda a aquisição de três ônibus para o transporte escolar no início de 2014 e mais quatro ônibus para o segundo semestre de 2014, totalizando R\$ 1.675.340,00 em investimento no Transporte Escolar.

Fonte: Assessoria Prefeitura



Audiência pública em Almenara discute conflitos fundiários na Fazenda Marobá
SÍTIO DEPUTADO ROGÉRIO CORREIA, 13.12.2013

Na próxima segunda-feira, dia 16 de dezembro, será realizada no município de Almenara, no Vale do Jequitinhonha, uma audiência pública com o objetivo de apurar os casos de violação de Direitos Humanos que vêm ocorrendo na Fazenda Marobá. Estarão presentes na reunião movimentos sociais populares de sem-terras e quilombolas, o Deputado Estadual Rogério Correia (PT), o autor do requerimento Deputado Durval Ângelo (PT), além de autoridades dos órgãos competentes ao caso.

Desde 2004, a Fazenda Marobá, que possui uma área de 3 mil hectares, segue ocupada por 30 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além destas famílias, em 2009 a Fundação Cultural Palmares reconheceu a existência de uma comunidade quilombola que já vive no local há mais de 100 anos. Em 2006, o então presidente Lula, através de um decreto, reconheceu a área como sendo de interesse social para fins de reforma agrária, mas o STF anulou o decreto em 2009. Desde então, a terra vem sendo alvo de disputas entre o INCRA, o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG), o MST, a Comunidade Quilombolas Marobá dos Teixeira e os fazendeiros proprietários.

A situação se agravou em outubro deste ano, quando o pecuarista Kênio Ávila expulsou da Fazenda Marobá 200 cabeças de gado pertencentes às famílias quilombolas e sem terra. Segundo membros do MST, do Acampamento 16 de Abril, e os ocupantes quilombolas, vaqueiros da fazenda teriam disparado vários tiros durante o processo de retirada do gado, iniciando um conflito que resultou em 11 prisões. De acordo com os relatos, os fazendeiros estariam ainda contratando pessoas armadas para garantir a retomada da área.

Espera-se que com a Audiência Pública a ser realizada na segunda-feira, seja possível encontrar uma mediação entre as partes e evitar os iminentes conflitos fundiários na região. A reunião acontecerá às 9h da manhã na Câmara Municipal de Almenara.

Comunidades quilombolas recebem sala de inclusão digital da Emap

SÍTIO AGORA MARANHÃO, 13.12.2013



Equipe de Voluntários da Emap entrega sala de inclusão digital a comunidades quilombolas

Um total de 150 crianças na faixa etária de 4 a 12 anos terá acesso à internet e também a programas básicos de informática, como word, excel, power point, entre outros. Elas residem na comunidade remanescente quilombola de Centro Alegre, em Alcântara, e foram beneficiados com uma sala de inclusão digital, montada pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap). Os cursos serão ministrados pelo voluntariado da empresa.

“Com esses equipamentos podemos ter informações sobre o mundo?”, questionou o pequeno Lucas Mendes Borges, uma das crianças beneficiadas. A sala foi montada no

Centro Comunitário de Desenvolvimento Sustentável Nova Alcântara, no Cujupe.

O projeto atende quatro comunidades, todas remanescentes quilombolas: Tigua, Macacos, São Raimundo e Centro Alegre. Todas são vizinhas do Terminal de Passageiros do Cujupe, administrado pela Emap. Além das 150 crianças, outros 100 alunos do ensino médio também terão acesso à inclusão digital. “O conhecimento em informática é um diferencial para o mercado de trabalho”, enfatizou João Luiz Menegazzo, gerente de Informática da Emap.

A equipe líder da Emap entregou a sala de inclusão digital à comunidade. “Foi um ano de realizações para a Emap, em que consolidamos as diretrizes da responsabilidade social, desenvolvemos pessoas, proporcionando oportunidades para o crescimento pessoal e profissional”, enfatizou o presidente da empresa, Luiz Carlos Fossati.

O cronograma de aulas para a sala de inclusão digital inicia com a abertura do semestre letivo, em janeiro de 2014. “A prioridade serão as crianças, mas temos também projetos para a inclusão dos pais”, explicou Edilson Lins, coordenador do Centro Comunitário de Desenvolvimento Sustentável Nova Alcântara, no Cujupe. Experiência com os familiares que inclusive já deu certo com o projeto de Tecelagem em Fibras Naturais, desenvolvido pela Emap.

Projeto Arte Guarimã

Recentemente cerca de 30 moradores da região foram capacitados na Oficina Tecelagem em Fibras Naturais. A qualificação que envolveu empreendedorismo, comercialização e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

relacionamento interpessoal, resultou no lançamento da marca “Arte Guarimã”, Artesanato Sustentável.

Os produtos com essa identidade indicam que foram produzidos por artesãos do polo do Cujupe e que utilizaram fibra de bananeira, guarimã, palha de babaçu e sacos de cimento reaproveitados.

Emap



Justiça determina retirada à força, e Yvy Katu inicia ritual de aceitação da morte forçada e despedida da vida
SÍTIO CEDEFES, 13.12.2013

Decisão definitiva de 5.000 indígenas Guarani e Kaiowá para Governo, Justiça Federal e para todas as sociedades nacionais e internacionais do Mundo

Hoje no dia 12 de dezembro de 2013, nós 5.000 mil indígenas Guarani e Kaiowá do TEKOKHA YVY KATU recebemos notícia de mais uma ameaça de morte coletiva, é a ordem de violência contra nós e despejo expedida pela Justiça Federal do Tribunal Regional de São Paulo-S.P. Assim, claramente a justiça brasileira vai matar todos nós Guarani e Kaiowá. Mais uma ordem de despejo da Justiça Federal deixa evidente para nós que a Justiça do Brasil está autorizando o extermínio Guarani e Kaiowá, as violências, morte coletiva, sobretudo extinção e dizimação Guarani e Kaiowá do Brasil.

Entendemos que em 10 anos, a Justiça Federal do Brasil já decretou várias vezes a nossa expulsão de nossa terra YVY KATU que significa que a Justiça do Brasil está mandando matar todos nós índios aqui no Yvy Katu. Já faz dois meses que retornamos comunicar à Justiça Federal e ao Governo Federal que nós comunidades voltamos a reocupar o nosso tekoha YVY KATU e recomeçamos morar no pedaço de nossa terra.

Avisamos também que não vamos sair mais de nossa terra YVY KATU, aqui morreremos todos juntos, aqui queremos ser enterrados todos. Essa é a nossa decisão definitiva que não mudamos nossa decisão. Já enviamos e reenviamos várias vezes ao Governo Federal e ao Ministro da Justiça, à Presidenta Dilma, ao Ministério Público Federal, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Hoje 12/12/2013, mais uma vez, encaminhamos a nossa decisão definitiva à Presidenta Dilma e ao Presidente do Conselho Nacional da Justiça e do Supremo Tribunal Federal para entender e atender os nossos últimos pedidos. Demandamos às autoridades federais supremas do Brasil as seguintes. Estamos reunidos 4.000 mil Guarani e Kaiowá aqui no tekoha YVY KATU para resistir à ordem de despejo, a nossa decisão é lutar até morte pela nossa terra YVY KATU, nem depois de nossa morte não vamos sair daqui do YVY KATU.

Pedimos ao Governo Dilma e Presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa para mandar somente enterrar coletivamente todos nós aqui no tekoha YVY KATU. Nem vivos e nem morto iremos sair daqui de nossa terra antiga. Com vida ainda, antecipamos os nossos pedidos à Justiça, esse nosso direito de ser sepultado ou enterrado aqui no YVY KATU, esse pedido exigimos à Justiça do Brasil.

Solicitamos ainda à presidenta Dilma, à Justiça Federal que decretou a nossa expulsão e a morte coletiva para assumir a responsabilidade de amparar e ajudar as crianças, mulheres e

CONT.



idosos (as) sobreviventes aqui no YVY KATU que certamente vão ficar sem pai e sem mãe após a execução do despejo pela força policial. Uma vez que a Justiça Federal de Navirai-MS em novembro, já determinou o uso da força policial contra nossa vidas e luta, diante disso comunicamos à juíza federal que nós vamos resistir até morte à ordem de despejo, temos absoluta certeza que morreremos pela nossa terra YVY KATU, a juíza já está ciente de nossa decisão. Todas as autoridades também já estão cientes de nossa decisão que como povo nativo Guarani vamos lutar até a morte pela terra YVY KATU.

Hoje 12/12/2013, mais uma vez passamos comunicar ao juiz federal do Tribunal Federal de São Paulo que não vamos sair do tekoha YVY KATU, aqui vamos resistir e morrer todos lutando. De forma igual, comunicamos à presidenta Dilma.

Pela última vez, avisamos a todos (as) que a partir de hoje 12/12/2013, começamos a realizar um raro ritual religioso nosso de despedida da vida da terra, essa é a nossa crença, um ato consciente de preparação da vida para a morte forçada pelas armas de fogo dos homens brancos, ou melhor, começamos a participar da cerimônia de aceitação e confirmação da saída forçada da alma do corpo e sua volta ao cosmo Guarani em função da morte forçada no campo da luta.

Esse é um dos rituais de despedidas da vida que raramente se realiza, mas hoje começamos a praticar. Começamos a participar desse ritual de aceitação da morte forçada e despedida da vida, das famílias e dos amigos (as), pois sabemos bem que a Justiça Federal está autorizando os homens brancos armados para atacar e matar nós aqui no tekoha YVY KATU.

Comunicamos a todos (as), pois nós Guarani e Kaiowá do YVY KATU decidimos a resistir à ação de despejo e seremos mortos pela arma de fogo dos homens brancos ou policiais. Não há dúvida. Não iremos recuar nem um passo para trás, vamos resistir por questão de honra e profundo respeito aos nossos ancestrais mortos no YVY KATU, decididos, vamos lutar e morrer pela nossa terra onde estão enterrados os nossos antepassados.

Por essa razão, pedimos ao Governo e a Justiça para mandar enterrar nós todos aqui no tekoha YVY KATU, porque nem vivo e nem morto não vamos sair do tekoha YVY KATU. Essa é a nossa decisão definitiva.

Mais uma vez, convidamos a todas as sociedades nacionais e internacionais para acompanhar e assistir ao genocídio e a dizimação de 4.000 povo nativo Guarani e Kaiowá do YVY KATU pela justiça do Brasil por meio dos homens "brancos" POLICIAIS armados brasileiros aqui no Mato Grosso do Sul/BRASIL.

Tekoha Yvy Katu, 12 de dezembro de 2013

Comunidades Guarani e Kaiowá do tekoha YVY KATU-Japorã-MS-BRASIL.

Fonte: Comunidades Guarani e Kaiowá do tekoha YVY KATU-Japorã-MS-BRASIL



Índios desafiam a Funai por novo modo de produção

SÍTIO CONGRESSO EM FOCO, 13.12.2013

Em conflito com produtores rurais e governo, indígenas querem plantar, garimpar e extrair madeira de suas terras, de modo comercial e sustentável. Mas enfrentam resistência, mostra reportagem da Revista Congresso em Foco

Lideranças indígenas e a Fundação Nacional do Índio (Funai) não falam a mesma língua. Enquanto a entidade defende projetos extrativistas que remetem à vida anterior à chegada do homem branco, os índios cobram acesso a tecnologias que lhes permitam comercializar seus produtos de maneira sustentável. Querem assistência técnica para melhorar a agricultura e explorar as riquezas que estão em suas terras, mas sem perder a sua identidade. É o que revela reportagem da mais nova edição da Revista Congresso em Foco.

Sem votos para sensibilizar a agenda dos políticos, os quase 900 mil índios brasileiros vivem na periferia dos indicadores sociais do país. A solução preservacionista oferecida pela Funai não agrada aos líderes indígenas. Eles querem plantar a terra, garimpá-la, extrair madeira. Tudo de maneira comercial e sustentável, exportando a produção com “selos verdes” se possível. Para o órgão do governo federal, no entanto, mesmo de maneira sustentável, não é possível permitir determinadas atividades.

A reportagem, de Eduardo Militão, mostra o drama dos índios cintas largas, que vivem ao largo da fortuna que repousa debaixo de seus pés – uma das maiores minas de diamante do mundo. A garimpagem em terra indígena é proibida. Mas ainda é explorada ilegalmente por índios e não-índios.

Mas como plantar sem máquinas, insumos e modernas técnicas, só com facões e machados? “Queremos produzir e abastecer o mercado”, diz o líder Marcelo Cinta Larga. “Mas não temos acesso ao mercado”, completa o líder Paulo Roberto Cinta Larga, que vive em uma reserva no lado de Mato Grosso.

Na reportagem, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, admite que os governos federal e estaduais têm responsabilidade pelo acirramento dos conflitos indígenas país afora, por terem dado, ainda nos anos 1970, terras indígenas a agricultores. Além de mapear os principais conflitos, a revista também mostra indicadores sociais dos indígenas, a cronologia dos fatos que marcaram os cintas largas e as batalhas que opõem agricultores e defensores dos povos indígenas.

Indígenas munduruku protestam contra hidrelétricas no rio Tapajós

SÍTIO ENVOLVERDE, 13.12.2013



Caciques e guerreiros munduruku protestam na Câmara dos Deputados em Brasília, no dia 10. Foto: Luis Macedo/Acervo/Câmara dos Deputados do Brasil

Indígenas do povo amazônico munduruku fizeram ouvir em Brasília sua reclamação por demarcação de terras e direito a consulta prévia para frear o complexo hidrelétrico do rio Tapajós, que poderia inundar várias de suas aldeias. "Até hoje ninguém do governo veio falar com a gente. Para nós a terra é nossa mãe. Ali vivemos e criamos nossos filhos e netos. Se o governo nos tirar de lá, não teremos para onde ir", disse à IPS por telefone, de Brasília o munduruku Juarez Saw, de 45 anos, cacique de Sawre Muybu, uma das aldeias afetadas.

Após a central de Belo Monte no rio Xingu, o

governo brasileiro pretende erguer um grande complexo de represas hidrelétricas no rio Tapajós, também no Pará. Situado em plena Amazônia e em área de importantes reservas auríferas, o projeto implica a construção de cinco centrais na bacia do Tapajós, com potência estimada de 10.700 megawatts (MW). Uma mancha verde de sete unidades de conservação acompanha o leito do rio entre as cidades mais importantes de suas margens: Santarém, no baixo Tapajós, com cerca de 300 mil habitantes, Itaituba, no curso médio, com 130 mil pessoas, e Jacareacanga, no alto Tapajós, com 40 mil habitantes.

As hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, com potência de 6.133 MW, será a principal, mas não estará sozinha. Também se prevê Jatobá, no mesmo rio, e Jamanxin, Cachoeira do Caí e Cachoeira dos Patos, no rio Jamanxin. O cronograma da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estabelece que o complexo estará operacional entre 2017 e 2020. Ao longo do Tapajós seriam afetados cerca de 13 mil indígenas munduruku, e o projeto terá impacto também nos povos kayabi e apiaká, o que eleva para 20 mil a população nativa prejudicada.

Dez caciques e 30 guerreiros munduruku chegaram, nos dias 10 e 11, a Brasília, reclamando do governo que apresse a demarcação dos territórios de suas aldeias no médio Tapajós. No dia 10, os indígenas protestaram contra as centrais do Tapajós e de outro rio próximo, o Teles Pires, na Câmara Federal e diante da sede da Procuradoria Geral da União, à qual pedem a revogação do Decreto 303. Esse decreto, que a Procuradoria proferiu em 16 de julho de 2012, regulamenta a atuação dos defensores públicos e promotores em processos judiciais sobre demarcação de terras indígenas em todo o país, com o fim declarado de garantir a estabilidade jurídica.

CONT.



Entretanto, o decreto também permite que o Estado instale, dentro das reservas, equipamentos, redes de comunicação, ruas e outras vias de transporte, além das construções necessárias para a prestação de serviços públicos, como saúde e educação. Nesse aspecto, o decreto limita o poder dos povos indígenas de acesso e usufruto de seus territórios e vulnera seu direito à consulta prévia sobre atividades ou projetos desenvolvidos em suas terras, afirma o católico Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“Mais uma vez temos o grito contrário às hidrelétricas na região. É uma situação difícil, e percebemos que há uma decisão política do governo de não demarcar qualquer terra indígena”, disse à IPS, de Brasília, o secretário-executivo do Cimi, Cleber César Buzatto. Em sua opinião, a situação de conflito se agravou pela “inércia do Poder Executivo, que não avança nos procedimentos administrativos”, determinados pela Constituição, como a demarcação e a consulta prévia aos povos indígenas.

“Confiamos no poder de resistência dos povos para a defesa e obtenção de seus direitos. A questão central é que o governo reconheça esses direitos e demarque a terra indígena dos munduruku na região do médio Tapajós, área de incidência das hidrelétricas de São Luiz”, explicou Buzatto. Para sair de Itaituba e chegar a Brasília, os munduruku percorreram cerca de dois mil quilômetros de ônibus, durante três dias. Os delegados procedem de diferentes aldeias: Sai Cinza, Missão Cururu, Trairão, Boca do Rio das Tropas, Buritituba, Aldeia Nova e Restinga, no alto Tapajós, onde já há um território demarcado, e Praia do Mangue e Sawre Muybu, do curso médio, que ainda não contam com títulos sobre suas terras.

Sem demarcação definitiva, as aldeias do médio Tapajós correm risco de serem deslocadas e que as represas inundem seus territórios. “Nossa luta principal é a demarcação. Não viemos ameaçar. Não nos dão atenção, só quando a gente vem para Brasília”, reclamou o cacique Saw à IPS por telefone. “É muito cansativo vir para voltarmos sem resposta”, acrescentou.

Sawre Muybu, fundada em 2008, é composta por 20 famílias com 150 pessoas e fica a 50 quilômetros de Itaituba pela Rodovia Transamazônica (BR-230), ou a mais de uma hora por rio. Segundo o cacique, antes que as aldeias do médio Tapajós fossem fundadas, os munduruku viviam em comunidades ribeirinhas onde acabavam perdendo seus costumes, além de não receberem atenção especial de saúde por parte do governo. “Estamos em Brasília para saber o motivo de a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, não querer assinar o informe antropológico. Terá que justificar, ou vai passar fome”, ressaltou.

Na conversa por telefone, Juarez Saw afirmou que o primeiro informe antropológico que documenta as raízes históricas dos munduruku nessas terras do médio Tapajós foi feito em 2007, mas nunca foi entregue. Foi necessário um segundo estudo, que está pronto desde meados do ano e à espera da assinatura da presidente da Funai, para dar continuidade ao trâmite de demarcação. Saw comentou que sua aldeia soube em 2010 que pode ficar debaixo d’água, por meio de ativistas do Movimento Tapajós Vivo.

Os indígenas mobilizados se hospedaram em uma fazenda do Cimi, a 40 quilômetros de Brasília. “Eles nos procuraram pedindo apoio para fazerem essas exigências ao governo que, lamentavelmente, não reconhece que está passando por cima dos direitos do povo daquela

CONT.



região”, pontuou Buzatto. Em resposta à IPS, a Funai informou que a sua presidente não tinha em sua agenda uma audiência com os caciques e guerreiros munduruku, mas, diante dos clamores, decidiu recebê-los.

O povo munduruku é combativo e aceita somente a contragosto enviar representantes. Em maio, os munduruku invadiram e ocuparam durante duas semanas uma área dos construtores de Belo Monte, a 830 quilômetros por estrada de seus territórios, em solidariedade aos afetados do rio Xingu e para reclamar a suspensão dos projetos hidrelétricos em sua bacia.

Em junho, foram até Brasília para negociar com o governo. Como não aceitavam enviar delegados, as autoridades tiveram que dispor de dois aviões para transportar 144 indígenas. Pouco depois, nesse mesmo mês, fizeram de reféns três biólogos que analisavam a flora e a fauna locais para os estudos de impacto ambiental das hidrelétricas, conseguindo deter o processo até agosto. Para retomá-lo, o governo e a Funai tiveram que avisar previamente os indígenas. Envolverde/IPS

(IPS)



Índios trabalhariam em más condições em propriedades de Nova Pádua

SÍTIO CLIC RBS, 13.12.2013

Grupo atuaria na colheita de alho. Dentre 19 índios, três eram menores de idade

Um grupo indígena foi conduzido na tarde da quinta-feira à delegacia de Flores da Cunha sob suspeita de trabalharem em más condições em propriedades de agricultores de Nova Pádua. Os índios são naturais de Nonoai, no Alto Uruguai, e estariam na Serra para trabalhar na colheita do alho. De acordo com a delegada de Flores da Cunha, Aline Martinelli, o grupo trabalharia em condições precárias e, dentre os 19 safristas, três seriam menores de idade.

— Ainda que trabalhavam em condições insalubres, eles podiam sair de lá a hora que bem entendiam, o que não configurou redução à condição análoga de escravo. O grande problema também é que havia menores de idade trabalhando e em más condições — explica a delegada.

Segundo a delegada, o ambiente que os índios dormiam era sujo, desconfortável e inadequado. Eles seriam contratados para colher alho em propriedades diferentes, permanecendo até três dias em cada casa. Eles não teriam vínculo de trabalho.

Por não configurar crime de escravidão, o caso será encaminhado ao Ministério do Trabalho. Depois de conduzidos à delegacia, os trabalhadores foram liberados.



Deputados querem anulação de questão do vestibular da USP sobre morte de indígenas

SÍTIO BBC NEWS, 13.12.2013

Deputados estaduais encaminharão à Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), responsável pelo processo seletivo para a USP (Universidade de São Paulo), pedido de anulação da questão número 50 do vestibular 2014. A pergunta faz referência ao assassinato de indígenas entre 2003 e 2012 e denigre a imagem de Mato Grosso do Sul, além de apresentar dados inverídicos.

A questão foi levantada pelos deputados Mara Caseiro (PTdoB) e Zé Teixeira (DEM), respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas.

A Fuvest apresentou tabela, comparando os assassinatos de indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul entre 2003 e 2012, e apresentou cinco alternativas. A última delas, que é a correta, traz a seguinte afirmação:

“No período abrangido pela tabela, a participação do Mato Grosso do Sul no total de indígenas assassinados é muito alta, em consequência, principalmente, de disputas envolvendo a posse de terras”. Pela tabela, dos 554 assassinatos de indígenas no período, 310 ocorreram no Estado. A questão foi elaborada pela Fuvest com base em dados do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Ocorre que os dados enviados pela Sejusp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) à deputada Mara Caseiro comprovam que a maioria dos assassinatos foram cometidos entre índios, e não por conta da disputa por terras, como afirma a questão.

De acordo com a tabela divulgada pela secretaria, entre 2007 e 2013, das 214 ocorrências, 207 foram dentro das aldeias. Desse total, 192 homicídios foram cometidos pelos próprios indígenas, 16 têm como autor pessoas de fora das aldeias e 5 assassinatos constam como ocorrência a apurar.

Para Mara Caseiro, a questão da Fuvest apresenta dados incorretos, é capciosa e mentirosa.

“Para que essa questão tenha validade, primeiro precisa apresentar dados corretos. Em segundo lugar, a questão é mentirosa, porque os assassinatos, quase que em sua totalidade, não ocorrem por conta das disputas de terras, mas são homicídios cometidos pelos próprios indígenas”, disparou.

Na opinião da deputada, a questão do vestibular 2014 da USP deveria apresentar uma sexta alternativa, afirmando que a morte dos indígenas é provocada, em sua maioria, pela ineficiência da Funai, omissão do governo federal, ausência de políticas públicas que impedem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

o desenvolvimento dos povos indígenas, a entrada de álcool e drogas nas aldeias, além do conflito cultural.

Mara Caseiro também reafirmou seu discurso de que os indígenas precisam ter as mesmas oportunidades de trabalho e de conforto que os outros povos. "No entanto, a Funai, o CIMI e as ONGs internacionais não estão interessadas nisso. Elas prestam um desserviço aos índios, tratando-os como massa de manobra", afirmou.

Mara Caseiro, Zé Teixeira e o deputado Marquinhos Trad devem elaborar um documento nos próximos dias pedindo a anulação da questão do vestibular da USP.

Na opinião dos parlamentares, a questão denigre a imagem de Mato Grosso do Sul e mostra uma realidade mentirosa sobre a questão indígena.



Formação de educadores indígenas inscreve até 20 de dezembro para 35 vagas na área de matemática

SÍTIO UFMG, 13.12.2013

Até 20 de dezembro, permanecem abertas as inscrições gratuitas no site da Comissão Permanente do Vestibular para o processo seletivo 2014 ao curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas. Serão oferecidas 35 vagas para a área de Matemática.

Os candidatos devem imprimir o requerimento de inscrição e enviá-lo até 23 de dezembro, juntamente com a documentação especificada pelo edital do concurso, para a Comissão Permanente de Vestibular (Copeve): Unidade Administrativa III – segundo andar – Avenida Antônio Carlos, 6627– Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901.

O curso habilita professores indígenas a atuarem nas escolas, nas séries finais do ensino fundamental e médio, em suas respectivas etnias. Com início no segundo semestre de 2014, o curso será desenvolvido em módulos, com duração de quatro a cinco semanas em tempo integral, no campus Pampulha. Já os intermódulos ocorrerão nas áreas e comunidades indígenas onde os estudantes habitam, ou com as quais mantêm vínculo.

As provas serão realizadas no dia 24 de março de 2014, em São João das Missões (MG), Governador Valadares (MG), Porto Seguro (BA) e Angra dos Reis (RJ). Mais informações no Setor de Apoio ao Candidato: 3409-4408 e 3409-4409.



Cobrança irregular de pedágio por indígenas causa revolta em usuários de rodovia de MT

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 13.11.2013

Usuários da MT-170, na região noroeste de Mato Grosso, estão revoltados com a cobrança irregular de pedágio que indígenas da etnia Enawenê Nawê estão fazendo na ponte sobre o rio Juruena. Conforme o Nortão Notícias já informou, a cobrança foi iniciada na última segunda-feira (09), quando cerca de 100 indígenas se reuniram no local e passaram a cobrar para permitir a passagem de veículos.

Entre as reivindicações dos índios está a falta de remédios melhorias no PSF que existe na aldeia. Os valores cobrados, R\$ 50 para motocicletas e R\$ 100 para caminhonetes, caminhões e ônibus, será utilizado para a aquisição de medicamentos, segundo os índios.

“É um absurdo termos que pagar para poder passar. Não basta a carga de altos impostos que temos que arcar ainda temos nosso direito de ir e vir cerceado pelos índios”, disse um empresário da região, que precisa trafegar diariamente pela via e que já teve que desembolsar cerca de R\$ 1 mil com o pedágio.

Um produtor também revoltado com a cobrança desabafou “Onde estão as ONGs que dizem tão preocupadas com os interesses indígenas? Para criar reservas onde já existem trabalhadores gerando emprego e renda elas estão sempre dispostas, mas para tentar conseguir esses medicamentos que os índios estão precisando, sequer se ouve falar nelas”.

A rodovia MT-170 é uma das principais vias de escoamento da produção da região noroeste do Estado e de acesso aos municípios de Juína, Juruena, Colniza, Aripuanã e distritos.

Em setembro do ano passado, os indígenas também haviam bloqueado a MT-170 e cobrado para permitir a passagem de veículos. A cobrança é por tempo indeterminado. “Falaram que só vão sair daqui quando o governo atender o que estão pedindo e que até o momento não há sequer previsão para isso ocorrer”, relatou um motorista à reportagem.

Da Redação

Indígenas peruanos continuam ameaçados por projetos extrativistas
SÍTIO COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 13.12.2013



Mateus Ramos – Adital

Setembro de 2011. Este foi o mês da promulgação da Lei de Consulta Prévia aos Povos Indígenas (Lei nº 29785), que deveria resolver o conflito social ocasionado pela presença de um conjunto de projetos extrativistas em territórios indígenas no Peru. Contudo, o que era para ser solução está se tornando mais um motivo para conflitos. “Desde a criação da lei, nada foi feito, pelo contrário, está sendo criado um conjunto de normas administrativas que desvirtuam o processo”, afirmou, em comunicado, a Coordenadoria Nacional dos Direitos Humanos.

De acordo com o comunicado, outros problemas agravam ainda mais a situação dos índios no país. “Preocupa-nos que, até hoje, não haja nenhuma instituição indígena para que se possa desenvolver um diálogo intercultural com o Estado, para que sejam formuladas e implementadas políticas e programas de desenvolvimento”.

Outro tema particularmente grave para os índios é a criminalização, “injusta”, de muitos de seus líderes e defensores. Segundo o informe da Coordenadoria, durante o atual governo, já morreram 28 pessoas por conta dos conflitos sociais. Desses, quase a metade são indígenas, vítimas durante as reivindicações relacionadas à vulnerabilidade de seus direitos. Além disso, os líderes e defensores indígenas também são acusados judicialmente de formas infundadas e abusivas.

CONT.



Em meio a esse contexto, o Peru recebeu a visita do Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas, James Anaya. O relator, que está no país desde último dia 5 de dezembro, participou de uma assembleia que reuniu mais de 150 apus das bacias dos rios Pastaza, Tigre, Corrientes e Marañón, onde se encontra o lote petroleiro 192, explorado pela companhia argentina Pluspetrol.

Os Apus, reunidos na assembleia, solicitaram “que sejam tomadas medidas urgentes” e que o governo aja para por um fim à vulnerabilização de seus direitos, além de propor uma solução para os problemas enfrentados devido à poluição causada pela exploração de petróleo.

Por sua vez, Anaya prometeu fazer recomendações e negociar soluções com base nos direitos que são inerentes aos povos indígenas. “Tem sido muito interessante estar aqui, conversar com os dirigentes e ouvir suas preocupações, contudo é necessário que continuem com os meios pacíficos para reclamarem seus direitos e recorrerem a instâncias internacionais”, declarou.



Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS Sobre a Repressão aos Estudantes da Unisinós – São Leopoldo-RS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.12.2013

A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS vem expressar o total apoio e solidariedade aos Estudantes da UNISINÓS- Universidade localizada no Município de São Leopoldo -RS, mobilizados contra os preços abusivos da mensalidade e a mercantilização do ensino.

Protagonizando uma mobilização histórica, ocupando há 14 dias a Reitoria, exigindo diálogo e abertura das contas, os estudantes, em manifestação Justa e Legítima, receberam, como resposta às suas reivindicações, a mesma resposta que indígenas e quilombolas receberam no dia 30 de agosto, durante a Assembléia dos Povos, em frente ao Palácio Piratini dos Governantes e órgãos de Segurança Pública, ou seja, uma agressão covarde e truculenta da BM, balas de borracha, bombas de efeito moral, agressões físicas, detenções, numa verdadeira enxurrada de infâmias.

Educação, Saúde, Regularização Fundiária, Respeito ao Direito dos Povos Originários e Quilombolas, Direito à Moradia, são tratados como caso de Polícia, enquanto a "segurança pública" rima com a garantia da tranquilidade para uma minoria das Empreiteiras, Mineradoras, Agronegócio, Bancos, Tubarões do Ensino terem tranquilidade para seguir explorando em detrimento dos interesses da maioria da população.

A agressão covarde sofrida pelos Estudantes da UNISINÓS nos atingiu a todos, por isso é nossa obrigação, daqueles que lutam, cobrir de solidariedade os mesmos.

Nos somamos às suas justas reivindicações dos Estudantes, pela abertura imediata do diálogo, abertura das contas, redução das mensalidades e federalização do ensino e punição dos responsáveis pela brutal repressão sofrida pelos Estudantes.

Protesto não é crime!
CHEGA DE RACISMO
Vai Virar Palmares!

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS- SEÇÃO-RS
MNU DE LUTAS AUTÔNOMO E INDEPENDENTE-(FRAÇÃO PÚBLICA)

"Tambores de guerra na terra vermelha"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.12.2013



Índios da comunidade aldeia Tekoha Nhu Verá, ocupada há dois anos. Foto: David Majella

Nota: publicamos a matéria ressaltando a existência nela de visões das quais discordamos e, principalmente, de equívocos, como afirmar que a União é "tutora dos indígenas no país". TP.

Conflito pela propriedade de terras entre índios e fazendeiros se acirra no Mato Grosso do Sul e governo envia a Força Nacional para a região

Talita Bedinelli – El País

Dourados-MS – Na entrada da pequena comunidade Apyka'i, encravada em um terreno próximo a uma rodovia federal de Dourados, no Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste brasileiro, dois índios apressados se aproximam de uma porteira improvisada ao perceberem a chegada de um carro. Assustados, têm em mãos um yvyrapara, espécie de vara de madeira, pintada de branco e decorada com detalhes coloridos, usada para a defesa pessoal. Fazem cara de poucos amigos até notarem que dentro do automóvel está o antropólogo Tônico Benites, guarani-kaioiwá como eles. Abrem, então, um largo sorriso.

Os dois estavam em estado de alerta. Minutos antes, dois homens se aproximaram da comunidade, onde três pessoas foram mortas, em circunstâncias não esclarecidas, no último ano. Aceleravam uma moto e tentaram romper o arame da cerca para invadir a área. Em tom de intimidação, perguntavam pelo cacique. Depois de serem ameaçados com o pedaço de pau, foram embora. Quando a reportagem do EL PAÍS chegou ao local, no carro que levava o

CONT.



antropólogo, as marcas feitas pelas derrapagens bruscas da moto ainda estavam impressas no chão de terra batido.

A tensão em Apyka'i é uma pequena mostra do clima de guerra que se instaurou no Mato Grosso do Sul pela propriedade das terras. É uma "guerra-fria", define um oficial da Força Nacional, espécie de tropa de elite formada por homens da Polícia Militar de vários Estados, que foi despachada para a região no final do mês passado pelo Governo federal, justamente para evitar que a situação se torne uma guerra de fato. Por questões de segurança, o Governo decidiu não revelar o efetivo da Força enviada.

De um lado, estão os cerca de 61 mil índios, a maioria das etnias guarani-kaíowá, guarani-nhandeva e terena, que vivem em dez municípios do Estado e reivindicam as terras que pertenciam aos seus ancestrais. Eles têm como trunfo estudos antropológicos que provam que as áreas já foram habitadas por seus parentes e, por isso, têm direito a elas. Do outro, estão aproximadamente 60 mil produtores rurais que dizem que as terras são deles, e mostram o registro de propriedade para provar.

O impasse acontece porque a Constituição de 1988 explicita que é de direito dos povos indígenas ocupar as chamadas terras tradicionais. Mas, nas décadas que antecederam a Constituição, o Governo do Mato Grosso do Sul assim como o de outros Estados brasileiros, retiraram os índios de suas terras e as venderam para os fazendeiros, que se tornaram os proprietários legais das áreas. O Governo Federal acredita que as terras devem ser devolvidas para os índios e o Ministério da Justiça já autorizou a demarcação de muitas delas. Mas os fazendeiros, para evitar o despejo, entram na Justiça e afirmam que só saem se forem ressarcidos pelo prejuízo, prolongando a discussão no Judiciário. O Governo do Estado diz que quem deve pagar a conta é a União, tutora dos indígenas no país. E a União joga a responsabilidade para o Estado, que vendeu o que não poderia ter vendido.

"A Funai (Fundação Nacional dos Índios) vem aqui e fala que essa terra foi dos índios em 1.500 e quer que a gente saia. Por que ela não vai brigar com o Estado, que vendeu essa terra pra gente?", reclama o deputado estadual Zé Teixeira, um dos ruralistas mais atuantes da política brasileira, que ajudou a organizar um leilão, no último final de semana, em que produtores rurais arrecadaram um milhão de reais para contratar advogados e fazer propaganda da causa. As entidades indígenas afirmam que o dinheiro servirá para instalar uma milícia armada na região e temem um massacre. Zé Teixeira nega.

Cansados de esperar que todos cheguem a um acordo, os índios decidiram resolver a questão por conta própria. Passaram a fazer o que chamam de retomada dos territórios tradicionais: ocupam a terra, montam acampamento e passam a viver ali, de forma precária, até que a Justiça determine a saída deles. Segundo os produtores rurais do Estado, atualmente 80 fazendas estão ocupadas pelos indígenas. Somente neste ano, foram feitas sete retomadas, mais do que o dobro do ano anterior (quando ocorreram três). A maioria delas, depois da morte do índio terena Oziel Gabriel na área indígena de Buritis, no município de Sidrolândia, em maio. Em meio a uma reintegração de posse, feita por ordem da Justiça, ele foi alvejado por um tiro dado por um policial federal. A repercussão do assassinato levou a Justiça a suspender a reintegração de posse, mas a tensão com os agropecuaristas se acentuou. Na

CONT.



última quinta-feira, dia 5, outro índio terena sofreu um atentado, dessa vez no município de Miranda: homens encapuzados o colocaram dentro de um carro e atearam fogo no veículo. Ele conseguiu escapar.

Com a tensão crescente na região, o Governo Federal aceitou comprar a área de Buritis, mas estuda ainda qual será o valor e como fará o repasse da verba. A decisão deve sair nos próximos dias. Os políticos ruralistas do Congresso Nacional pressionam agora o Governo de Dilma Rousseff para que ela aprove um Projeto de Emenda à Constituição que mude a forma como a demarcação das terras é feita. Não caberia mais ao Governo federal demarcar as terras, como acontece atualmente. Essa função passaria para o Congresso, onde deputados e senadores ruralistas têm grande força. A presidência considera que a medida seria “desastrosa”. Mas, mesmo assim, os deputados conseguiram criar na última terça-feira, 10 de dezembro, uma comissão que estudará o projeto. A comissão foi aprovada sob gritos de “assassinos” dados por indígenas presentes na sessão. O conflito, agora, promete se acirrar.

A retomada em Apyka’i aconteceu em 15 de setembro deste ano, quando a comunidade indígena ocupou uma pequena faixa de terra. Com os rostos pintados de vermelho e preto, cores que simbolizam guerra e morte para os guarani-kaíowá, e chocalhos em punho para ritmar a cantoria de luta, eles se instalaram em meio a uma plantação de cana-de-açúcar. Apesar de se sentirem intimidados, afirmam que de lá não vão sair. Nem mesmo mortos. “Se formos assassinados, tragam uma pá e nos enterrem aqui”, declarou a líder da comunidade Damiana Cavani, de 69 anos, em um vídeo registrado no dia da retomada.

No acampamento vivem 130 famílias, que usam um rio como área de banho e como fonte de água, o que de tempos em tempos deixa grupos de crianças doentes com diarreia. Para cozinhar, improvisam uma espécie de fogão à lenha com pedaços de madeira onde deitam diretamente as panelas com alimentos doados. Para o banheiro, fizeram uma fossa afastada das suas casas, barracas feitas de madeira velha e cobertas com lona. Dormem em colchonetes e, alguns, diretamente no chão.

Os índios sabem que, a qualquer momento, a Justiça pode exigir a saída deles. Mas temem algo pior: que alguém seja morto. Não seria nada raro, já que o Mato Grosso do Sul está na dianteira de uma triste estatística. Concentra o maior número de mortes de índios do Brasil: 31 dos 51 ocorridos em 2012. Desde 2003, 554 índios brasileiros perderam suas vidas assassinados, 310 deles no Estado do Centro-Oeste, aponta o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Sentado numa antiga carteira escolar, em frente a um barraco de madeira velha, Ava Arandu, de 58 anos, morador da comunidade, agarra do chão um punhado de terra, prende-o com força no punho e dispara, sério: “Olha bem essa cor. A cor dessa terra é vermelha, como a gente. Não é branca. O invasor aqui é o fazendeiro. Ele veio, plantou a cana, soltou o gado, destruiu nossa mata. Mas somos nós que temos o direito a essa terra”, indigna-se, com seu cocar de penas brancas na cabeça, camisa branca, calças jeans e um olhar exausto.

Antes da retomada, a comunidade vivia no acostamento da estrada, como estão ainda ao menos outras 30 aldeias do Estado. Ela se reveza entre a área que está agora e a beira da

CONT.



rodovia desde, pelo menos, 1988. Em 2002, os índios começaram a planejar a forma de reivindicar as terras, conta Rogério Kario de Sousa, 26, filho de dona Damiana. Foi nesse ano que o pai dele, Hilário, então cacique da comunidade, foi morto, atropelado por um carro na estrada daquela mesma rodovia. Para eles, o motorista era ligado aos ruralistas, que negam qualquer ofensiva contra os indígenas.

Mas, após a morte de Hilário, as famílias, com Damiana à frente, ocuparam a terra de Apyka'i. Em 2009, o fazendeiro que tem o título de propriedade conseguiu na Justiça um mandato de reintegração de posse da área e eles voltaram para a beira da estrada. Em 2010, os índios fizeram uma nova retomada. Em uma madrugada, o acampamento foi invadido por pessoas desconhecidas, uma índia foi estuprada e o marido dela espancado e baleado. Os índios saíram novamente. As idas e vindas ocorreram ainda outras duas vezes, sem contar a retomada atual. Nesse período, mais três filhos e um neto de Damiana morreram atropelados na estrada. Uma idosa, parente de Damiana, também morreu de forma misteriosa. Para os índios, foi envenenada.

Antônio Carlos Videira, delegado regional da polícia em Dourados, afirma que as mortes por atropelamento foram investigadas e nenhuma teve a participação de ruralistas. "Não teve emboscada. O que tem é índio embriagado, que atravessa uma rodovia com acostamento pequeno e caminhão grande que não consegue parar", diz.

A insegurança gerada pelo conflito, a incerteza sobre o futuro e as precárias condições de vida, trouxeram para a aldeia um outro inimigo, dessa vez invisível: o alcoolismo. Quando a reportagem esteve no local, na última quarta-feira, 5 de dezembro, ao menos dez pessoas estavam extremamente alcoolizadas, entre elas um grupo de idosos e uma menina de, no máximo, 15 anos.

A cena se repete em outras aldeias e pelas ruas de Dourados, para onde muitos dos 11.000 índios da reserva Dourados, localizada no que se tornou a periferia do município com o crescimento da cidade, costumam ir para pedir dinheiro, revirar lixeiras em busca de restos de alimento e se prostituir. A reserva faz parte de um lote de oito áreas criadas pelo Governo Federal para a assentamento de índios que haviam sido retirados de suas terras entre 1915 e 1928. O conceito de reserva, hoje em desuso, reuniu etnias e lideranças diferentes no mesmo espaço, um desrespeito à cultura. As áreas, com cerca de 3 mil hectares, continuaram do mesmo tamanho enquanto a população indígena delas se ampliou. Hoje, estão superlotadas, o que dificulta a agricultura de subsistência. Tornaram-se, nas palavras das próprias lideranças locais, grandes favelas. E vivem todos os problemas que existem em espaços de exclusão: entre eles, a violência e o tráfico de drogas, incluindo o de crack.

Cansado da situação, Chatalin Graitto Benites, de 75 anos, liderou há dois anos seu grupo de 180 famílias em um êxodo da reserva para uma terra próxima onde vivia a família no passado, conta ele. A aldeia Tekoha Nhu Verá tem pequenas plantações de batata, mandioca, banana e "cana-de-açúcar de índio", que se difere da do branco porque não usa pesticidas, diz ele. "Essa você pode chupar que não dá doença, não dá câncer. A do fazendeiro tem muito veneno", conta Chatalin, que orgulha-se da longevidade da família: o pai viveu até os 127 anos e a mãe até os 118. Mas ao ver um avião borrifar veneno na lavoura ao lado, retifica: "Não dá para

CONT.



garantir que é cem por cento livre de veneno. Eles jogam ali e voa tudo aqui”, aponta ele antes de pedir licença à repórter, entrar em sua oca e voltar com um cocar de penas coloridas na cabeça, para não deixar dúvidas de que ele é o líder dali.

Em outras terras retomadas, o veneno usado nas plantações pelo fazendeiro polui os rios, inviabilizando que os índios tomem a água. Em Guyraroka, na vizinha Caarapó, nove das dez vacas mantidas pelos índios morreram envenenadas.

O sofrimento provocado pela situação também faz com que o número de suicídios entre a população indígena seja elevado. Segundo Tonico, o antropólogo guarani-kaiowá que termina um doutorado no Museu Nacional do Rio de Janeiro sobre retomadas de terra, ao menos 1.000 índios tiraram a própria vida desde a década de 80. Alguns, ainda crianças. A maioria enforcados nas poucas árvores que ainda existem na área. “É a falta de esperança”, sentencia ele.

Essa mesma falta de esperança atingiu a aldeia Guyraroka após a morte do líder Ambrósio Vilhalva, de 52 anos, a facadas, num domingo, primeiro dia de dezembro. “Como vamos sobreviver aqui sem a pessoa que lutava por nós?”, perguntava Adilizemari Vilhalva, 22 anos, uma das sete filhas dele. A comunidade ocupa parte da propriedade do deputado ruralista Zé Teixeira desde 2000. Em 2009, o Ministério da Justiça reconheceu com base em estudos antropológicos que a fazenda inteira pertence aos índios, mas ele entrou na Justiça, que permitiu que a aldeia ficasse apenas em uma área de 60 hectares de um total de 5.000 enquanto o caso não é julgado em última instância. Os outros 3.000 hectares são ocupados pela plantação de cana e são arrendados para uma usina por 1,6 milhão de reais por ano. Em cerca de 1.000 hectares, ele planta soja, que rendem 1,4 milhão de reais ao final de cada safra de quatro meses e, no restante do espaço, cria gado –atividade que foi prejudicada nos últimos anos pelo avanço da cana: só no Estado, houve um aumento de 400% na área destinada à plantação entre 2002 e 2012, graças aos incentivos dados pelo Governo federal à instituição de usinas de cana.

A família de Ambrósio vivia à base de cesta básica do poder público e dos 550 reais do Bolsa Família, que foi cortado no último mês porque as crianças faltaram muito na escola, que fica distante. O líder pedia a construção de uma escola na aldeia, mas o prédio onde ela ficaria instalada não pôde ser erguido porque a área está em litígio. Na área também não há luz, já que os fios de eletricidade que serviriam a aldeia não puderam chegar até lá, pois teriam que passar pela área de fazendeiros, que não permitiram. Sem energia, uma estação de bombeamento de água construída pelo Governo para servi-los não funciona e eles dependem da água do rio, que às vezes se torna poluído com pesticida.

Na versão da polícia, Ambrósio foi morto pelo sogro, que estava embriagado. A família desconfia da hipótese. Diz que ele já havia sofrido ameaças, e relatava, com frequência, que um indígena havia sido pago para matá-lo e que ele escapou de uma emboscada recentemente. O assassinato aconteceu em uma estrada de acesso à casa da família, de madrugada, durante uma tempestade.

Golpeado na cabeça, no peito e no braço, ele conseguiu caminhar até a oca. Entrou em meio à
CONT.



escuridão, escorou-se em um móvel e, em seguida, caiu, sobre duas crianças que dormiam no chão de terra batida. Com a casa sem energia, a família só percebeu que Ambrósio estava ferido quando um raio clareou as frestas do teto de sapê. Ele ainda tinha vida, mas não havia a quem recorrer. Não há sinal de celular, nem carro e a chuva havia alagado a estrada. Ambrósio morreu ali, durante a madrugada. Apenas quando clareou e a chuva arrefeceu foi possível chamar uma equipe de saúde, que já chegou com o carro funerário.

A comunidade agora não sabe como vai sobreviver. Vive ali, rodeada das plantações que formam um gigante tapete verde de lavouras quando vistas do ar. A parte que coube a Ambrósio desse latifúndio foi uma cova medida, cavada ali mesmo, perto da família. Mas não se sabe até quando. Há o risco de, a qualquer momento, um trator passar e revirar a terra sob a qual estão seus ossos, como já aconteceu em outros cemitérios indígenas localizados em áreas em litígio na região. Mas a comunidade promete não se calar. Assim como seu líder, quer ver a terra dividida.



Novo edital BNDES/Conab destina 15 milhões para agricultura familiar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.12.2013

O segundo edital do acordo de atuação conjunta entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi publicado esta semana no Diário Oficial da União e destina R\$ 15 milhões para apoio a cooperativas e associações de agricultores familiares.

O edital prevê duas faixas de apoio: a primeira é de R\$ 70 mil, destinada apenas a produtores familiares de base agroecológicas e às associações e cooperativas formadas exclusivamente por mulheres; a segunda é de R\$ 50 mil, voltada para os demais interessados.

O apoio financeiro tem caráter não reembolsável, ou seja, o proponente não precisará restituir os recursos às instituições apoiadoras, desde que comprove a correta aplicação, de acordo com o projeto aprovado.

Neste edital os recursos estão vinculados à quantidade de beneficiários que o projeto atenderá. O edital prevê um teto de R\$ 2 mil por beneficiário para os projetos de R\$ 50 mil e R\$ 2,8 mil para os projetos de R\$ 70 mil. Cada entidade poderá apresentar um único projeto, no qual deverá beneficiar no mínimo 10 pessoas.

Podem participar cooperativas e associações que operem um destes três programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ou a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). No caso da PGPM-Bio, o projeto apresentado deve ser voltado para o fortalecimento de sua atuação no mercado de alimentos.

A chamada pública vai selecionar entidades formalmente constituídas, que deverão investir os recursos na estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização, com o intuito de melhorar suas condições de atuação no mercado governamental de alimentos, priorizando o sistema orgânico ou de base agroecológica, mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

As inscrições estarão abertas de 17/02/2014 a 31/03/2014. Outras informações podem ser obtidas no edital: http://www.conab.gov.br/conab/Edital_2.pdf.

Fonte: Ascom/Conab



Mais um indígena é atropelado na anel viário de Dourados

SÍTIO REGIÃO NEWS, 13.12.2013

A vítima era de origem indígena e foi socorrida pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e levado para o PS do Hospital da Vida.

Ontem (12), no início da noite, um idoso ainda não identificado foi atropelado por um veículo Astra próximo ao anel viário de Dourados, quando voltava para casa de bicicleta.

A vítima era de origem indígena e foi socorrida pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e levado para o PS do Hospital da Vida.

Em apenas uma semana, dois indígenas da Aldeia Bororó foram atropelados no mesmo local próximo à cidade de Dourados.

Um outro acidente aconteceu na última segunda-feira (9) e a vítima foi Jekison Ramires Duarte, de 18 anos. Ele foi atropelado por um caminhão quando voltava para casa de bicicleta. Jekison morreu no dia seguinte depois de ficar internado no Hospital da Vida.



Inmetro faz uma série de pesquisas importantes para o meio ambiente

SÍTIO G1, 13.12.2013

*Nos laboratórios, se pesquisa de novos tipos de iluminação até terra fértil.
Inmetro abre espaço para sociedade de consumo consciente e sustentável.*

O Inmetro, conhecido por fiscalizar a qualidade e a segurança dos produtos, também faz pesquisas na área de meio ambiente.

O repórter André Trigueiro esteve nos laboratórios do Inmetro e mostra que lá se pesquisa de novos tipos de iluminação até terra mais fértil.

As etiquetas do Inmetro nos ajudam a fazer as compras mais inteligentes de eletrodomésticos, carros e até casas. Quanto mais próximo da letra "A", menor o consumo de energia.

Apenas no caso dos refrigeradores e condicionadores de ar, em quase 30 anos de existência as etiquetas do Inmetro já proporcionaram uma economia de energia de quase dois bilhões de meio de reais. Mais de três milhões de toneladas de CO2 deixaram de ser emitidas.

"O consumidor, ao fazer essa decisão, premiando obviamente o próprio bolso e os produtos mais eficientes com a sua escolha, ele avança significativamente em tornar o sistema. Todo mais competitivo e mais eficiente e menos impactante ao meio ambiente", explica João Jornada, presidente do Inmetro.

São muitas as linhas de pesquisa do Inmetro que valorizam o meio ambiente. Uma das mais importantes é a terra preta, coletada em certas áreas da Amazônia, ocupadas por antigas civilizações indígenas.

Em um laboratório do Inmetro, a aproximadamente quatro mil quilômetros de distância da Amazônia, amostras de terra preta de índio estão sendo submetidas a uma intensa bateria de testes. Os cientistas querem saber por que ela é tão mais fértil do que qualquer outro tipo de solo conhecido. Se tudo der certo, a idéia é recriar terra preta de índio em escala industrial.

"É a única terra do mundo de alta fertilidade, de fertilidade considerada quase que infinita, que pode ser utilizada por longo tempo e que foi feita pelo homem. Então o que a gente tem que fazer é aprender como é que isso foi feito anteriormente e replicar", diz Carlos Alberto Achete, coordenador de laboratórios e infra-estrutura do Inmetro.

Com a ajuda do maior microscópio da América do Sul, capaz de medir átomo a átomo a estrutura do solo fértil dos índios, o Inmetro busca as respostas que valem ouro em um país onde a agricultura depende tanto de fertilizantes químicos.

CONT.



Em outro laboratório no mesmo complexo do Inmetro, uma luz diferente chama a atenção dos visitantes. Chama-se OLED. É a versão orgânica do LED que já conhecemos, mas que consome mil vezes menos energia do que uma lâmpada fluorescente.

Com ela, é possível fazer brilhar qualquer superfície. O mais surpreendente é que a tecnologia dispensa o uso de lâmpadas e deve estar no mercado em três anos.

“A iluminação no futuro para um ambiente não vai ter mais lâmpada. A sua iluminação vai ser tipo quadro e a superfície pode ser qualquer coisa, pode ser um vidro, pode ser madeira, pode ser um plástico, pode ser um tecido, pode qualquer coisa. Quer dizer, você vai ter a sua sala, todas as paredes da sala podem ser uma lâmpada se você quiser. Gastando pouquíssimo”, garante Carlos Alberto.

Enquanto ainda dependemos das lâmpadas, que elas sejam, no mínimo, econômicas. Não basta que uma lâmpada simplesmente ilumine, ela precisa ser também eficiente. Para isso é preciso medir duração, alcance, intensidade, e consumo de energia. Em um laboratório, que é o maior do gênero na América do Sul, o Inmetro definiu os critérios de fabricação das lâmpadas tipo LED. No Brasil, as novas regras entram em vigor até o próximo mês de fevereiro.

As lâmpadas LED foram submetidas aos mais variados tipos de testes. Tudo para beneficiar o consumidor, como explica Gustavo Kuster, chefe da divisão de regulamentação técnica do Inmetro. “Hoje você não tem nenhum tipo de parâmetro nem para o fabricante, nem para o comércio, de uma lâmpada LED ou de uma luminária. Você chega no mercado, você compra lá, ele diz que dura 20 mil horas, 40 mil horas e você não sabe. À partir do momento que você bota uma linha de corte e diz olha o mínimo são 26 mil horas, você estabelece um parâmetro tanto para o consumidor, quanto para o mercado”.

O Inmetro abre caminho para uma sociedade de consumo mais consciente e sustentável.



Estado altera fundo que permitirá compra de fazendas para índios

SÍTIO MS HOJE, 13.12.2013

Criado no ano passado, o Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati) pode, agora, ser regulamentado e, assim, contribuir para a solução dos conflitos por terra em Mato Grosso do Sul, segundo reportagem na edição de hoje (12) do jornal Correio do Estado. O governador André Puccinelli (PMDB) encaminhou ontem, à Assembleia Legislativa, uma mensagem propondo a reestruturação do fundo.

Caso as mudanças propostas pelo governo estadual sejam aprovadas, a União terá como depositar, por exemplo, os R\$ 30 milhões que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo disse ter disponível para resolver os conflitos envolvendo indígenas no Estado.

Conforme a reportagem de Patrícia Belarmino, na mensagem encaminhada ao Legislativo estadual, o governador propõe um teto maior para aportes financeiros no fundo. Originalmente, a lei que criou o Fepati autorizava o Executivo a abrir crédito especial no orçamento até o limite de R\$ 500 mil para a injeção de verba no fundo. Diante da disposição da União em resolver os conflitos agrários em MS, a proposta prevê que o aporte financeiro suba para R\$ 200 milhões.

Governador está confiante que conflito indígena em MS será resolvido com diálogo
SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 19.11.2013

O governo do Estado emitiu nota no último dia 11 de dezembro reforçando sua confiança no encaminhamento de uma solução para os conflitos



O governador André Puccinelli reforçou nesta quinta-feira (12) durante entrevista coletiva à imprensa após a entrega do IX Prêmio de Gestão Pública que está convencido que os conflitos indígenas existentes em Mato Grosso do Sul serão resolvidos pacificamente, através de diálogo. "O governo estadual tem facilitado para o governo federal a oportunidade de cumprir o seu compromisso. Eu tenho convicção que aqui no Estado nós vamos resolver pelo diálogo", enfatizou Puccinelli.

A confiança está baseada na proposta do governador, encaminhada para a Assembleia Legislativa, e aprovada por unanimidade pelos deputados estaduais para reestruturação da lei 4.164, de 7 de fevereiro de 2012, que cria o Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas) em Mato Grosso do Sul. "Ontem o Ministro da Justiça [José Eduardo Cardozo] telefonou para mim e nós modificamos o Fundo de Terras para propiciar que o governo federal possa executar, de conformidade os interesses deles, a resolução destes conflitos", detalhou o governador.

As modificações foram trazidas da Capital Federal, segundo Puccinelli. "Trouxemos de Brasília, da reunião a que os nossos colaboradores foram, exatamente o que o governo federal queria que fosse modificado na lei. Tivemos uma reunião com os deputados, que entenderam e aprovaram as modificações por unanimidade, então não tem mais discussão nenhuma perante o governo federal, pois fizemos as modificações na lei em conformidade com o que eles precisavam", reforçou o chefe do Executivo Estadual.

Ainda no contato telefônico feito pelo Ministro da Justiça com o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Cardozo garantiu que vai verificar agenda para estar no Estado. "Quando ele me telefonou ontem disse que tendo terminado a avaliação das terras na semana que vem ele virá a Mato Grosso do Sul. Eu começo a ter esperança de que se resolva definitivamente esta questão", projetou André.

O governo do Estado emitiu nota no último dia 11 de dezembro reforçando sua confiança no encaminhamento de uma solução para os conflitos a partir da compra de terras pelo governo federal. "Aqui eu fiz uma nota que mostra que brasileiros não índios, brasileiros índios, todos estão unidos", comentou. (Confira a nota do Governo do Estado - Questão Indígena: MS confia em solução do Governo federal e espera ser exemplo para todo o Brasil)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

Por cronologia determinada em conjunto com lideranças indígenas os governos estadual, federal e municipal iniciariam a resolução dos conflitos indígenas pelas terras Buriti. “Começaríamos a resolver a questão indígena Buriti e de outros quatro ou cinco conflitos existentes”, explicou o governador.



As Hiper Mulheres: filme retrata ritual indígena feminino

SÍTIO PLANETA SUSTENTÁVEL, 13.12.2013

Está disponível em DVD e Bluray o premiado documentário brasileiro As Hiper Mulheres, que mostra um famoso ritual de canto feito apenas por mulheres da tribo indígena Kuikuro. A obra foi produzida pelo projeto Vídeo nas Aldeias

Depois de ser premiado, em 2012, em importantes festivais de cinema do Brasil, Hollywood, Vancouver e Amsterdam, o documentário As Hiper Mulheres: Itão Kuêgü é lançado em DVD e Bluray.

O filme, que mistura realidade e um pouco de ficção, conta o drama de um velho índio da tribo Kuikuro que, com receio de que sua esposa venha a falecer em breve, pede para que a comunidade realize para ela, pela última vez, o Jamurikumalu, um famoso ritual de canto, feito apenas pelas mulheres do grupo. As moças, então, começam a ensaiar, mas têm dificuldades, porque a única cantora que, de fato, sabe todas as músicas da cerimônia está muito doente.

No desenrolar da história é possível conhecer mais a respeito da realidade dos índios dessa tribo, localizada no Alto do Xingu, em Mato Grosso: as músicas tradicionais e sagradas, o cotidiano, o bom humor e as relações de gênero.

O longa-metragem faz parte do projeto Vídeo nas Aldeias, criado por Vicent Carelli para introduzir a produção cinematográfica nas aldeias indígenas brasileiras. Assim, As Hiper Mulheres foi filmado pelos próprios Kuikuros, com direção dos cineastas Takumã Kuikuro e Leonardo Sette, além do antropólogo Carlos Fausto.

Assista, abaixo, ao trailer do documentário. O Bluray e o DVD de As Hiper Mulheres: Itão Kuêgü estão à venda nas livrarias Cultura de todo o Brasil.



País precisa fazer mais por igualdade racial, diz ONU

SÍTIO BOL, 13.12.2013

Rio - O Brasil avançou na legislação que visa à igualdade racial, mas persistem o racismo interpessoal e institucional no País, concluiu o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes que visitou Rio, São Paulo, Brasília, Recife e Salvador entre 03 e 13 de dezembro.

As duas especialistas em direitos humanos do grupo, a francesa Mireille Fanon-Mendes-France e a argelina Maya Sahli, vieram a convite do governo brasileiro. Elas estiveram na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), mantiveram contatos com autoridades estaduais e municipais, com representantes de movimentos negros e de quilombolas. Visitaram favelas e áreas remanescentes de quilombos.

Na apresentação das conclusões preliminares na quinta-feira, no Rio, disseram que de 2005, quando foi feita outra avaliação da situação do negro no Brasil, para cá, foram implementados esforços para terminar com a "hierarquia racial e de culturas" no País, mas ressaltaram que o ritmo está lento.

O relatório final do grupo, com todas as conclusões e recomendações, será apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em setembro de 2014. "O Brasil tem muitos desafios ainda para enfrentar o legado da escravidão e do colonialismo. As leis e políticas não são totalmente eficazes, ainda não promoveram mudanças significativas, embora a sociedade brasileira acredite que vive uma democracia racial", disse Mireille.



Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS Sobre a Repressão aos Estudantes da Unisinós – São Leopoldo-RS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.12.2013

A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS vem expressar o total apoio e solidariedade aos Estudantes da UNISINÓS- Universidade localizada no Município de São Leopoldo -RS, mobilizados contra os preços abusivos da mensalidade e a mercantilização do ensino.

Protagonizando uma mobilização histórica, ocupando há 14 dias a Reitoria, exigindo diálogo e abertura das contas, os estudantes, em manifestação Justa e Legítima, receberam, como resposta às suas reivindicações, a mesma resposta que indígenas e quilombolas receberam no dia 30 de agosto, durante a Assembléia dos Povos, em frente ao Palácio Piratini dos Governantes e órgãos de Segurança Pública, ou seja, uma agressão covarde e truculenta da BM, balas de borracha, bombas de efeito moral, agressões físicas, detenções, numa verdadeira enxurrada de infâmias.

Educação, Saúde, Regularização Fundiária, Respeito ao Direito dos Povos Originários e Quilombolas, Direito à Moradia, são tratados como caso de Polícia, enquanto a "segurança pública" rima com a garantia da tranquilidade para uma minoria das Empreiteiras, Mineradoras, Agronegócio, Bancos, Tubarões do Ensino terem tranquilidade para seguir explorando em detrimento dos interesses da maioria da população.

A agressão covarde sofrida pelos Estudantes da UNISINÓS nos atingiu a todos, por isso é nossa obrigação, daqueles que lutam, cobrir de solidariedade os mesmos.

Nos somamos às suas justas reivindicações dos Estudantes, pela abertura imediata do diálogo, abertura das contas, redução das mensalidades e federalização do ensino e punição dos responsáveis pela brutal repressão sofrida pelos Estudantes.

Protesto não é crime!
CHEGA DE RACISMO
Vai Virar Palmares!

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS- SEÇÃO-RS
MNU DE LUTAS AUTÔNOMO E INDEPENDENTE-(FRAÇÃO PÚBLICA)



Espírito Santo é condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização a quilombolas
SÍTIO UNIVERSO JURÍDICO, 13.12.2013

O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) conseguiu na Justiça que o Estado do Espírito Santo tenha que pagar indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos praticados contra a população quilombola da comunidade de São Domingos, no município de Conceição da Barra, Norte do Estado. Mais de 30 quilombolas foram presos de forma ilegal em 2007, sem mandado ou estado de flagrante delito.

A atividade militar foi preparada depois da notícia de que alguns quilombolas teriam furtado madeira da Aracruz Celulose. Por conta disso, foi preparado todo um aparato policial para efetuar a busca e apreensão dos supostos materiais: foram até o local equipes do Batalhão de Missões Especiais (BME), da 3ª Companhia do Batalhão Militar do Meio Ambiente (BPMA) e três grupos da 5ª Companhia Independente.

Além de serem encaminhados para a delegacia de São Mateus e não para a de Conceição da Barra, local de suas moradias e onde supostamente teriam ocorrido os fatos, os quilombolas foram mantidos por quase um dia inteiro incomunicáveis. Liberados somente à noite, sem a devida lavratura de auto de prisão em flagrante, não tiveram qualquer assistência para retornar ao município de origem. Verificou-se, ainda, que os quilombolas foram algemados sem que houvesse necessidade para tal medida, já que não apresentaram resistência à atividade policial.

Danos morais - A Justiça acompanhou o entendimento do MPF/ES, que considerou abusiva e agressivamente desnecessária a atuação policial nesse caso. De acordo com a decisão, "tal fato implicou em grave desrespeito a direitos humanos fundamentais de dezenas de indivíduos de uma mesma comunidade, que presenciou todos os acontecimentos e vivenciou, como grupo, um desrespeito que gerou claro dano moral à população quilombola da Comunidade de São Domingos, configurando situação de humilhação, perseguição, tratamento como uma subcategoria de cidadãos, impondo-se a reparação por meio de indenização".

Por tudo isso, a Justiça determinou a indenização em R\$ 100 mil, valor que deverá ser destinado a um dos projetos voltados ao desenvolvimento de ações de inclusão e sustentabilidade das comunidades quilombolas desenvolvidos pela Fundação Cultural Palmares. Caberá ao MPF a fiscalização da correta destinação desses recursos.

O número do processo para consulta no site da Justiça Federal é 0000563-91.2010.4.02.5003.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Espírito Santo
E-mail: ascom@pres.mpf.gov.br
Telefone: (27) 3211-6444 / 3211-6451
www.twitter.com/MPF_ES



Bancada indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministério da Justiça

SÍTIO CEDEFES, 13.12.2013

Ao Plenário da Comissão Nacional de Política Indigenista

Nós, lideranças da bancada indígena da mesa de diálogo instalada no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista, reunidos por ocasião da XXII reunião ordinária desta Comissão, que aconteceu no período de 09 a 12 de dezembro do corrente, considerando a apresentação por parte do Ministério da Justiça da Minuta de Portaria S/N, que busca estabelecer instruções para a execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto 1775/96, viemos diante desta plenária manifestar:

Primeiro – Os nossos povos e comunidades, após serem informados sobre a possibilidade de esse novo instrumento ser publicado, sentem-se profundamente preocupados, pois entendem que a minuta de portaria aumenta as ameaças aos direitos territoriais já atacados por meio de outras portarias como a 303 e iniciativas legislativas como a PEC 215 e o PLP 227.

Ao invés de zelar pelos direitos indígenas, o Governo tem dado sinais claros de que tomou posição em favor dos ruralistas, do agronegócio e do latifúndio. Continua omissa diante da violência contra nossos povos, como se pode ver pelo fato de que nem sequer se manifestou ou atuou judicialmente para impedir a realização do “leilão das milícias”, através dos quais os ruralistas se armam para tirar a vida de nossas lideranças. Ao contrário, tem insistido em criminalizar a resistência indígena, retomando a conduta do regime militar.

Segundo - Em razão disso, nossa bancada manifesta-se no sentido de esclarecer que CNPI não é um simples fórum de consulta para medidas que interessam ao Governo, mas um espaço de diálogo, de articulação de políticas públicas, que em relação a essa minuta de portaria que tem efeito sobre a totalidade das terras indígenas do país, deve atuar como instância de mediação de uma ampla consulta às comunidades indígenas em suas bases.

Essa consulta deve ser feita tendo como referência processos como o da formulação de nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, durante a qual através da CNPI foram realizadas uma série de oficinas regionais para construção com as bases, ou então como nas Conferências Nacional de Saúde Indígena e de Educação que também mobilizaram as comunidades locais. Nesse sentido, nossa proposta é que essa discussão com os nossos povos e comunidades sobre o tema aconteça por meio de 10 oficinas regionais, coordenadas pela FUNAI, pelas organizações indígenas e pela bancada indígena da CNPI, esperando ainda que ao final do processo, o governo respeite a decisão das comunidades, nos termos da Convenção 169 da OIT.

Terceiro – Reafirmamos, finalmente, que a apresentação da minuta realizada pelo Ministério da Justiça, não constitui de forma alguma consulta a nossa bancada, que aceita apenas discutir

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227 / 2013

Brasília, 13 de dezembro de 2013.

proposta metodológica para a discussão a ser realizada com os nossos povos e comunidades.

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Fonte: Mobilização Nacional Indígena